

# Educação em práticas cooperativas

Walter Frantz<sup>1</sup>, Paulo Alfredo Schönardie<sup>2</sup>

## Resumo

Historicamente, o movimento cooperativo moderno está relacionado à luta pela valorização do trabalho de seus integrantes no contexto das relações de mercado. Além disso, no espaço da organização cooperativa, fazem-se presentes questões sociais, políticas e culturais que podem acolher processos educativos e de aprendizagem. Associados se educam e aprendem nas relações sociais e econômicas da cooperação. Existem diferentes práticas e ações de educação nas organizações cooperativas muitas vezes diluídas em suas práticas associativas. Neste artigo, especificamente, interessa a reflexão, que tem suas raízes em vivências e experiências, sobre a relação entre cooperação e educação com o objetivo de contribuir para a capacidade crítica dos associados de uma cooperativa para que, assim, possam se constituir como sujeitos de sua organização. O texto é oriundo de reflexões teórico-críticas a partir da experiência de atuação dos autores durante décadas em organizações cooperativas.

## Palavras-chave

Movimento Cooperativo. Práticas Cooperativas. Educação para Cooperação. Educação Popular. Trabalho.

**1.** Pós-Doutorando em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul; professor titular da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; participa de organizações do movimento cooperativo; integra o Grupo de Estudos de Educação Popular, Movimentos e Organizações Sociais (Geep/CNPq). E-mail: wfrantz@unijui.edu.

**2.** Pós-Doutor em Educação pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; participa de movimentos pela educação do campo; integrante do Grupo de Estudos de Educação Popular, Movimentos e Organizações Sociais (Geep/CNPq). E-mail: pschonardie@gmail.com.

# Education in cooperative practices

Walter Frantz\*, Paulo Alfredo Schönardie\*\*

## Abstract

The modern cooperative movement is historically associated with a struggle for recognition of the services performed by its members in the context of market relations. There are, however, social, political and cultural issues in the context of cooperative practices that can accommodate educational and learning processes. Members learn from the social and economic relations behind cooperation since different practices and educational activities can be found in cooperatives, even if diluted in its membership dealings. This paper wishes to reflect on the relationship between education and cooperation in order to encourage critical thinking on the part of members of a cooperative so that they may play an active role in their organizations. The passage draws on the theoretical and critical reflections stemming from the authors' many decades of experience with cooperative organizations.

## Keywords

Cooperative Movement. Cooperative Practices. Cooperative Education. Popular Education. Labor.

\* Postdoctoral student in Applied Social Sciences, Vale do Rio dos Sinos University, São Leopoldo, State of Rio Grande do Sul, Brazil; professor at Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brazil; participates in the organization of cooperative movements; member of the Popular Education Study Group, Social Movements and Organizations (Geep/CNPq). E-mail: wfrantz@unijui.edu.

\*\* Postdoctoral graduated in Educacion, Regional University of North West of State of Rio Grande do Sul, State of Rio Grande do Sul, Brazil; participates in the organization of cooperative movements,; member of the Popular Education Study Group, Social Movements and Organizations (Geep/CNPq). E-mail: pschonardie@gmail.com.

## Introdução

A reflexão deste texto tem como referência condutora a relação entre cooperação e educação com o objetivo de contribuir para a capacidade crítica dos associados de uma cooperativa a fim de que se constituam em sujeitos de sua organização. Isto é, pergunta-se pela função ou papel da educação em uma organização cooperativa. De acordo com a Aliança Cooperativa Internacional, fundada em 1895, em Londres, a educação constitui um dos princípios fundadores e constituidores de uma organização cooperativa. A questão da educação como processo de formação e qualificação de seus integrantes, desde os primórdios do cooperativismo moderno, no século XIX, constituiu uma preocupação de seus idealizadores e dirigentes, especialmente em razão do princípio da autoajuda (BERNDT, 1980).

Por outro lado, a questão da educação está também estreitamente relacionada à questão da participação dos associados em organizações cooperativas.

A viabilização da participação política e da participação econômica é uma questão central na administração do empreendimento cooperativo, condicionada pela racionalidade da natureza do próprio ato associativo. (FRANTZ, 2002, p. 76).

Inicialmente, é importante dizer que o texto tem como referência a convivência profissional concreta junto a grupos sociais que, de alguma maneira, sempre depositaram na organização cooperativa uma esperança de poder melhorar, por meio de suas múltiplas práticas e serviços, as suas condições de vida. Ao longo de décadas de convivência com organizações cooperativas, especialmente as do meio rural, foi possível conhecer diferentes iniciativas e experiências de cooperação,

seja na condição de observador ou mesmo de associado. No entanto, não se trata de descrever essas vivências e experiências em si, mas de refletir, a partir delas, sobre os sentidos e significados mais amplos da cooperação, isto é, além da sua especificidade como meio de obtenção de resultados econômicos.

Dessa convivência e inserção em práticas cooperativas, nasceram perguntas que remetem à necessidade de interlocução com autores que tratam, especificamente, de questões como educação, participação, poder, controle social e aprendizagem.

Segundo Jara e Falkembach (2013, p. 163),

A experiência é sempre vivencial: implica uma vinculação física, emocional e também intelectual com o conjunto de elementos da trama imediata com a qual o sujeito se relaciona [...] experiências são lugares vivos de criação e produção de saberes.

“A experiência é uma actividade cognitiva”, afirma Dubet (1994, p. 95). Assim, experiências são processos históricos, a partir dos quais se pode aprender, construir conhecimentos. Na visão de Jara (2013, p. 77), “cada experiência constitui-se em um processo inédito e, por isso, em cada uma delas temos uma fonte de aprendizagens”.

Desse modo, busca-se compreender a problemática em questão, relacionando teoria e prática. Assim, no núcleo do texto se encontra o desafio de conjugar teoria e prática, ação e reflexão, extensão universitária e prática de responsabilidade social, conforme ensina Freire (1996). Portanto, a interlocução teórica se torna essencial às práticas do movimento cooperativo com o objetivo de sua análise e interpretação.

### **A organização cooperativa**

O termo para designar cooperação, do

latim *co-operare*, contém em sua raiz etimológica a noção de trabalho, de relações sociais de trabalho. A cooperação implica o sentido social do trabalho. Entretanto, trata-se de um conceito, de certa forma, ambíguo, aberto, que permite múltiplos usos (ENGELHARDT, 1980). É usado para definir ações e relações entre indivíduos ou é empregado como um conceito de organização institucional (BOETTCHER, 1974).

No contexto de uma economia de mercado, segundo Boettcher (1974), as cooperativas são predominantemente estruturadas como instrumentos estratégicos de atuação com vistas ao objetivo de apropriação de resultados. Assim, a cooperação pode ser vista como uma estratégia instrumental de organização com o objetivo de atender interesses de economias individuais e pessoais em um contexto de mercado, isto é, de relações de troca.

Economias individuais se associam com vistas à inserção ao mercado e à realização de interesses econômicos (MÄNDLE, 1980), isto é, na economia de mercado, os interesses dos indivíduos predominam sobre as suas necessidades. Entretanto, em teoria, a organização cooperativa como empreendimento coletivo abriga a liberdade dos interesses das pessoas associadas e não a liberdade dos interesses do capital. A força dinâmica do movimento cooperativo é a valorização do trabalho humano, e as engrenagens desse movimento são as relações de cooperação entre os indivíduos em função das suas necessidades e interesses. Nesse caso, a cooperação é uma prática social vinculada e condicionada pelas questões fundamentais da economia, ou seja, produzir e distribuir bens e riquezas em favor do trabalho. Como tal, expressa um processo social, condicionado em termos de tempo e lugar, que incorpora cultura, valores ou comportamentos específicos de quem coopera.

As circunstâncias históricas da vida, sejam elas materiais, políticas e culturais, influenciam e condicionam as práticas da cooperação.

O ser humano no processo de produção de suas condições de vida, em termos materiais ou espirituais, constrói a sua realidade social, da qual o movimento social pela cooperação é uma expressão. Desta forma, é um movimento que carrega valores e interesses.

Touraine (1998) afirma que os movimentos sociais carregam em seus processos, ao mesmo tempo, conflitos sociais, projetos e valores culturais, que buscam afirmação em seu contexto social maior. No movimento social cooperativo o conflito se localiza, historicamente, no processo de apropriação dos resultados da produção por parte de seus associados diante das forças do mercado submetidas à lógica do capital. A realização de valores pode ser identificada pela observância dos princípios doutrinários do movimento cooperativo na dinâmica social de organização e funcionamento de uma cooperativa. Ações e interações de práticas de cooperação, além dos objetivos práticos de valorização do trabalho de seus cooperantes, são orientadas por valores culturais (WINTER; MÄNDLE, 1980), que influenciam o processo associativo de uma organização cooperativa, isto é, as ações da cooperação.

Afirma Severino (2005, p. 138) que

ao agir, o homem está sempre se referenciando a conceitos e valores [...] todas as situações que vive e todas as relações que estabelece são atravessadas por um coeficiente de atribuição de significados, por um sentido, por uma intencionalidade, feita de uma referência simultaneamente conceitual e valorativa.

O movimento cooperativo moderno nasceu das lutas pela valorização do trabalho humano. O termo cooperativismo moderno está relacionado à economia e tem como núcleo a remuneração do trabalho (TILLMANN, 1980). Portanto, também tem um sentido político. Uma organização cooperativa é, teoricamente, uma associação de pessoas e não de capitais, embora seus objetivos e interesses sejam de

ordem econômica, vinculados à valorização de seu trabalho, no contexto das relações de mercado. A associação, prioritariamente, atua na perspectiva dos interesses econômicos de seus componentes. Constitui, assim, um espaço de ação comunicativa e de integração política, por meio de atos de fala com vistas ao entendimento com relação à cooperação. Em função dos interesses e do plano de ação, a associação organiza um instrumento de atuação, que é a empresa cooperativa. Trata-se de espaço de ações estratégicas no contexto econômico maior do mercado. A empresa cooperativa é o instrumento comum de ações estratégicas com o objetivo de apoiar e complementar a administração das economias individuais, dando-lhes suporte no jogo competitivo do mercado (FRANTZ, 2002).

O conjunto da associação e do seu instrumento de atuação no mercado pode-se denominar de empreendimento cooperativo, que apresenta as necessidades e os interesses dos associados como o núcleo dinamizador das ações de gestão. Por isso, a noção de organização cooperativa é mais ampla que uma simples instrumentação técnica. Ela possui também uma dimensão política amarrada aos interesses do trabalho das pessoas. Além do instrumental técnico, a organização cooperativa nasce de um movimento social que traz em seu bojo histórico a questão da valorização do trabalho humano (VESTER, 1975). Portanto, trata-se também de um movimento político que constitui a identificação, a associação e a comunicação entre os que trabalham com seus instrumentos de atuação, de interação. Dessa maneira, a organização cooperativa pode ser definida como um lugar de educação política ao levar seus integrantes à comunicação e ao debate sobre os valores, os interesses e os objetivos da cooperação.

O termo política deve ser tomado, aqui, no sentido grego da palavra *politicós*, implicando a noção de processo social, de relação entre

pessoas que buscam se identificar e construir algo em comum, abandonando seu lócus de interesses apenas individuais e colocando-se em espaços coletivos. Nesse processo, ao constituírem um cotidiano de comunicação e de debate, educam-se politicamente no movimento da afirmação ou da negação da argumentação entre si.

O cooperativismo moderno se constituiu como uma reação às dificuldades técnicas, sociais, políticas e culturais, frente à lógica da acumulação do capital. As modernas formas de organização cooperativa nascem no espaço do mercado capitalista, ou seja, espaço em que as relações econômicas são ditadas pelo interesse do capital. A cooperação moderna propõe mudanças na organização econômica da sociedade mediante a instauração de um sistema baseado em associações-cooperativas, de caráter econômico, postas a serviço das necessidades e dos interesses de quem trabalha (TILLMANN, 1980). Porém, esse modelo só pode ser construído pela permanente comunicação e educação de seus integrantes, pela qualificação de seus associados, dirigentes e funcionários, pela participação política e econômica de todos os associados na elaboração dos planos e na execução dos projetos de suas cooperativas.

Historicamente, a educação acontece no preparo dos associados para a cooperação como um processo de qualificação política e técnica dos associados (BERNDT, 1980; FRANTZ, 1980). Severino (2005, p. 138) afirma que “a prática educativa prepara para o mundo do trabalho e para a vida social”, por isso, no caso de uma cooperativa, pode-se falar de uma educação para a cooperação, porém, como um processo social, inerente a sua organização e a seu funcionamento e como meio de gestão. Sendo a cooperativa um instrumento de defesa do trabalho de seus associados, a educação para a cooperação afirma a importância do diálogo entre os cooperantes. Desse modo, opõe-se ao sentido tradicional de educação,

afirmado ao longo do processo capitalista de produção com o objetivo de qualificar as pessoas para a produção sob a lógica do capital e como processo de geração e afirmação de valores de legitimação dessa lógica, realizada sob o princípio da individualização e da concorrência (MÉSZÁROS, 2005). A relação entre cooperação e educação está, assim, situada no âmbito da educação popular, ou seja, parte das necessidades da população, que, pela cooperação com seus semelhantes, se prepara “para participar da transformação das condições de sua existência” (FÁVERO, 2013, p. 51).

Segundo Torres (2007), no contexto latino-americano, as propostas de educação popular fazem referência ao caráter injusto da ordem social. De acordo com o autor, a educação popular pode ser definida como uma elaboração discursiva e uma prática social com a intenção de contribuir para que as camadas populares se constituam como sujeitos de transformação dessa ordem social. Portanto, a produção e a apropriação de conhecimento, a tomada de consciência crítica, são questões nucleares da educação popular.

Freitas (2008, p. 99-100) escreve que

é através da conscientização que os sujeitos assumem seu compromisso histórico no processo de fazer e refazer o mundo, dentro de possibilidades concretas, fazendo e refazendo também a si mesmos.

Certamente, nesse processo, está implícito um dos maiores desafios da gestão de uma cooperativa: compreender e ativar a implementação dos seus aspectos políticos e pedagógicos.

Fundado na questão econômica, enquanto princípio organizador da cooperação, muitas vezes, limita-se o trato do fenômeno cooperativo a aspectos operativos e técnicos de um empreendimento cooperativo. Talvez, a atenção ao econômico, evidente

e compreensivelmente necessária, tenha feito com que se descursasse a complexidade do fenômeno da organização cooperativa, reduzindo-odemasiadamente a essa dimensão, separando-o em partes e fragmentando a sua unidade e globalidade. Consequentemente, ofuscou-se a compreensão de seu sentido e significado mais amplo. (FRANTZ, 2002, p. 69).

A gestão de um empreendimento cooperativo depende de muitos fatores, dentre eles o conhecimento e a conscientização. A conscientização se dá na relação dialógica com o outro, em processos sociais de interação que levam à constituição de sujeitos de sua história. Afirma Souza (2000, p. 7) que

uma empresa autogestionária é mais que uma empresa, pois se assemelha a uma família, marcada por laços afetivos e também é uma organização social de orientação ideológica.

Certamente, na percepção desses fatores está um dos requisitos ou desafios maiores dos dirigentes e administradores de organizações cooperativas. Dessa capacidade de percepção nasce a dimensão pedagógica da gestão em organizações cooperativas. A pedagogia da gestão das práticas cooperativas consiste em orientar as ações de cooperação a favor da valorização do trabalho dos associados. Em consequência, pode-se afirmar que os dirigentes de organizações cooperativas devem ser também educadores.

Para Libâneo (1988, p. 22),

o pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sócio-políticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa.

A educação para a cooperação, sob a perspectiva da lógica cooperativa – promoção dos interesses dos associados (ESCHENBURG, 1980) – deve “desconstruir” a visão e a cultura

individualista, recuperando o espaço das relações cooperativas na economia, sem destruir, no entanto, os espaços da individualidade entendida como uma conquista de liberdade, de constituição de sujeitos. A liberdade constitui o indivíduo como ator do movimento cooperativo, pois, a partir dela, estabelece novas relações sociais, novas relações de cooperação. Nisso parece estar um dos maiores desafios da educação para a cooperação cooperativa (FRANTZ, 2006). É preciso construir estruturas coletivas, de pensamento e de comportamento, que possam abrigar a liberdade econômica de seus interesses. Diante desses desafios, abre-se um espaço importante à organização cooperativa e à educação para a cooperação.

### **Educação e cooperação**

A educação é um fenômeno complexo da existência humana. O conceito de educação está envolto pela polissemia de compreensões e definições. Explica Amado (2014, p. 20) que se trata de um conceito relacionado com a essência de ser humano “uma vez que é este ‘ser humano’ o sujeito da educação, o sujeito a educar”. Enfim, parece haver um consenso de que a educação implica valores, visão de mundo, objetivos de vida, especialmente coletivos, isto é, referentes ao tipo de sociedade que se busca manter ou construir. Nessa condição pode ser um componente da utopia ou da ideologia, da política ou da economia.

Há em todas estas definições, a ideia de educação como uma caminhada de aperfeiçoamento que os membros de uma comunidade humana realizam com a ajuda e o apoio de outros membros; o aperfeiçoamento e enriquecimento não são, desse modo, somente individuais, mas coletivos, devendo produzir mudanças desejáveis da sociedade e na cultura. (AMADO, 2014, p. 21).

Atualmente, a educação ganha

importância, apesar dos muitos desafios e problemas que enfrenta no contexto das transformações que se verificam no campo das ciências, da tecnologia, da política ou da economia. Para Assmann (1998, p. 26), ela terá “um papel determinante na criação da sensibilidade social necessária para reorientar a humanidade”. Dos estudos de Gohn (1992) se pode entender e afirmar que movimentos sociais, cidadania e educação constituem um processo social que caracterizou as últimas décadas da sociedade brasileira. Para essa autora,

a educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo. (GOHN, 1992, p. 16).

Certamente, por essa via, mais que pelos princípios clássicos do movimento cooperativo, as práticas cooperativas constituem processos de educação.

Para Brandão (1995a, p. 10) “a educação existe difusa em todos os mundos sociais”, na escola, na rua, no sindicato, na empresa, na cooperativa etc. Vários e distintos são os lugares e os processos da educação. Muitas são as pedagogias, isto é, as “direções” da educação são diversas. Ainda segundo o autor (1995b, p. 26), a educação se constitui em “um meio de produção de poder da sociedade civil e, através dele, um caminho de conquista de participação ativa e consciente” dos rumos da sociedade. Já Libâneo (1998, p. 22) a define como

o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.

Para Marques (1996, p. 14),

a educação se cumpre num diálogo

de saberes, não em simples troca de informações, nem em mero assentimento acrítico a proposições alheias, mas na busca do entendimento compartilhado entre todos os que participam da mesma comunidade de vida, de trabalho, de uma comunidade discursiva de argumentação.

Streck e Esteban (2013) a definem como lugar de construção social coletiva. Aqui se está no campo da educação popular, que, para Paludo (2013, p. 65), traz consigo uma “perspectiva contra-hegemônica e de resistência ao modo de produção capitalista”. Os seres humanos forjam, assim, o processo educativo “por eles e com eles, e não para eles” (PALUDO, 2013, p. 65). E esse é um processo que se dá de forma coletiva.

Como se pode ver, a educação é um processo complexo e multifacetado. Os seres humanos se educam nas relações sociais do trabalho, educam-se pela comunicação crítica, pelo debate e argumentação sobre os diferentes aspectos de suas vidas. Os conteúdos desse processo educativo são, portanto, ora mais técnicos ora mais políticos. Os seres humanos educam e são educados, aprendem e ensinam em um processo de convivência com os seus semelhantes, seja por uma relação cooperativa ou competitiva. Pelo conhecimento, pela educação, pela aprendizagem constroem os sentidos de sua existência. O conhecimento é produto da capacidade de pensar e viver o mundo, de atribuir significados à realidade, é gerado no esforço por entender e fazer a vida. No processo da convivência social e, especialmente, no processo de produção de sua sobrevivência e afirmação, na relação com a natureza ou com os demais seres humanos, os homens constroem conhecimentos, processam educação, aprendem e desenvolvem capacidades.

Afirma Severino (2005, p. 139) que

muitos dos padrões que marcam o nosso agir derivam de imposições que são de natureza

sociocultural, ou seja, os próprios homens, vivendo em sociedade, acabam impondo uns aos outros determinadas normas de comportamento e de ação.

Nesse processo de construção da convivência social, podem-se identificar os fundamentos da educação para a cooperação. A cooperação como fenômeno associativo exige de seus integrantes, isto é, dos cooperantes, acordos, regras ou normas de comportamento e de ação.

No movimento cooperativo, a educação é relacionada como princípio histórico fundamental do processo de organização e funcionamento de uma cooperativa, desde a experiência cooperativa Rochdale, iniciada em 1844, na Inglaterra (FAUST, 1977). Portanto, existe uma relação histórica entre práticas cooperativas e práticas educativas.

No cooperativismo brasileiro, as atividades de educação também sempre foram valorizadas, sendo-lhe atribuídas diferentes funções, tais como: promoção da fidelidade cooperativa, qualificação da organização do quadro social, homogeneização de valores e comportamentos associativos (FRANTZ, 1980). Trata-se de um sentido estratégico de gestão do empreendimento cooperativo.

A organização e o funcionamento de uma cooperativa exigem de seus integrantes cooperantes uma comunicação de interesses e objetivos, que se traduz em práticas de participação (HETTLAGE, 1987). Nesse processo de interlocução se cumpre a educação, fundada no processo de construção e reconstrução das práticas cooperativas. Por isso, pode-se afirmar que os espaços do cooperativismo, em sua construção e funcionamento, constituem-se em campos de educação.

Porém, para compreender a relação entre educação e cooperação em suas formas e mecanismos de desdobramentos práticos, em seus sentidos e significados, deve-se olhar e perguntar pelo “uso social” ou “atrelamento”



da organização cooperativa. É preciso perguntar pelos seus sentidos, suas forças, seus movimentos ou suas origens. Deve-se perguntar pelas necessidades e interesses de quem pratica a cooperação ou pelos interesses inerentes ao processo da educação. É preciso compreender a dimensão da cooperação: trata-se de processo social com mais sentidos e dimensões de vida individual ou coletiva, ou seria apenas uma estratégia de atuação no mercado?

Em muitas circunstâncias, as cooperativas aparecem mais como meios de garantir a “inscrição na estrutura social”, procurando evitar a exclusão social. Em outras circunstâncias, a cooperação se constitui em um instrumento de poder nas relações econômicas do mercado. [...] A cooperação, como tal, pode ser definida como um ato racional, de inteligência, pelo qual o contexto da realidade se torna compreensível, permitindo a ação organizada dos sujeitos sobre ela. (FRANTZ, 2003, p. 18-19).

Segundo Severino (2005), além da transmissão de conhecimentos científicos e técnicos, é preciso que a educação seja mediação da percepção das relações situacionais, que possibilite aos educandos

a apreensão das intrincadas redes políticas da realidade social, pois só a partir daí poderão também se dar conta do significado de suas atividades técnicas e culturais. (SEVERINO, 2005, p. 151).

Pode-se aceitar a ideia de que apenas sob essa dimensão as organizações cooperativas serão, verdadeiramente, lugares de educação, apoiados

no tripé formado pelo domínio do saber teórico, pela apropriação da habilitação técnica e pela sensibilidade ao caráter político das relações sociais. (SEVERINO, 2005, p. 151).

Sob essa dimensão, as organizações cooperativas adquirem importância social e podem ser valorizadas como meios de organização e atuação para a qualificação do processo de desenvolvimento local. Na visão de Severino (2005), a educação deve ser assumida como uma prática técnica e política. Em nossa visão, a educação para a cooperação deve obedecer a esse duplo propósito, considerando a natureza associativa e instrumental de uma organização cooperativa. E isso lhe dá os fundamentos e as características de uma educação popular, na visão freireana compreendida como

uma especificidade de procedimentos educacionais que construa junto com o povo todas as possibilidades de decisão política e ação coletiva, a partir dos interesses dos grupos populares. (PACHECO JÚNIOR; TORRES, 2009, p. 25).

Isto é, no caso de uma organização cooperativa, a partir dos interesses dos seus associados em busca da remuneração de seu trabalho.

### **Educação para a cooperação**

No contexto da realidade social brasileira, em suas diferentes dimensões, o cooperativismo começa novamente a ser valorizado. Muitas são as experiências em diferentes setores da economia e da sociedade que se utilizam dos princípios da organização cooperativa, tal como as iniciativas de economia solidária. Nem sempre são cooperativas de direito, mas, de fato, são práticas que têm a cooperação como um de seus mecanismos de organização e funcionamento (SINGER; SOUZA, 2000).

Ao associativismo e ao cooperativismo, por meio dessas vivências e experiências, como processos sociais construtores de laços sociais, são recolocados apelos históricos e responsabilidades de profundas dimensões

sociais “não apenas por razões de competitividade econômica, mas também sob a pressão de uma verdadeira urgência social” (LÉVY, 1999, p. 42-43). Reconhecer a importância de dimensões outras não diminui o fundamento econômico da cooperação. Se a prática cooperativa ou o movimento é uma questão fundamentalmente econômica, ela se torna

uma questão política, social e cultural exatamente na medida em que assume importância econômica, seja para seus associados ou seja para a economia em geral. (FRANTZ, 1985. p. 60).

A economia também tem uma dimensão social, política, e delas decorre o seu sentido ético. Afirma Lévy (1999, p. 42) que “as necessidades econômicas se associam à exigência ética”.

Uma das raízes da educação para a cooperação deve estar firmada nesse horizonte de reflexões, sem prejuízo de uma educação para a cooperação, mais vinculada e condicionada a um projeto cooperativo concreto, especialmente em termos de capacitação técnica e de formação política. Embora em níveis diferentes, os princípios e fins da organização cooperativa devem ser os mesmos: a emancipação e a valorização humana, a participação, a responsabilidade social, a produção da qualidade de vida.

Para Souza (2000, p. 10),

nos empreendimentos solidários vêm ocorrendo outros ganhos, diferentes do econômico em si, tais como autoestima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além de uma noção crescente de autonomia e de direitos de cidadãos. De forma educadora essas iniciativas vêm apontando sinais de uma sociedade baseada na democracia jurídica e econômica.

Diante desse cenário, pode-se afirmar

que as organizações cooperativas, hoje, podem constituir importantes espaços de educação, de aprendizagem e de construção de poder, o que é necessário para o enfrentamento das condições adversas do rápido e profundo processo de transformações, especialmente no mundo do trabalho (RIFKIN, 1995).

Junto a diferentes camadas sociais que enfrentam dificuldades de inserção, principalmente dificuldade de acesso aos benefícios da economia, está em afirmação uma economia fundada em solidariedade, tendo na organização cooperativa seu fundamento cultural, social e político. Segundo Souza (2000, p. 7), essas iniciativas “ainda têm pouco peso econômico, mas possuem grande significação cultural, afinal são experiências destacadamente educativas”. As iniciativas de afirmação e de construção de processos sociais cooperativos, por meio de empreendimentos solidários, dão ênfase às práticas educativas voltadas à cultura de valores e comportamentos de cooperação.

Para Gohn (1999) esse quadro de mudanças exige novas aprendizagens. Para a autora, “passou-se a valorizar os processos de aprendizagem em grupos e a dar-se grande importância aos valores culturais que articulam as ações dos indivíduos” (GOHN, 1999, p. 92). Particularmente diante da crise social e junto aos empreendimentos cooperativos de economia solidária, a educação ganha centralidade como processo de construção de conhecimentos, de promoção de valores e atitudes que possam fundar alternativas à lógica do capital. A lógica capitalista “ordena” os diferentes indivíduos no campo da economia, da política, da cultura: uniformiza a singularidade de cada um, cria e desenvolve um modo universal de pensar e agir individualistas (GUATTARI; ROLNIK, 2000). Nessas circunstâncias, além da importância da qualificação técnica, “impõe-se à educação como sua tarefa essencial à construção da cidadania” (SEVERINO, 2005, p. 149). Por intermédio das práticas educativas em uma

organização cooperativa, tem-se o desafio de reconstruir a identidade das ações dos indivíduos com o sentido de coletividade, apesar do contexto de cultura de massa que produz sempre mais indivíduos articulados uns aos outros por meio de um sistema de valores segundo a lógica capitalista. Certamente, apesar dessa situação, existe a oportunidade de gerar uma nova consciência social, que se traduz em uma dimensão educativa e que, por sua vez, constitui a base para novos valores e comportamentos.

O esforço pela retomada da educação no cooperativismo brasileiro é inerente ao significado e importância da cooperação para o desenvolvimento da sociedade brasileira, marcada por enormes diferenças sociais. No movimento cooperativo, entendido como possibilidade de alternativa de organização e atuação dos indivíduos, é valorizada a educação “como mola-mestra de geração de novas potencialidades e habilidades a serem adquiridas pelos indivíduos” (GOHN, 1999, p. 73). Impõe-se conhecimento e cooperação no sentido de criar novas possibilidades de convivência social e ambiental, entre elas a solidariedade. Para Severino (2005, p. 138) “o conhecimento é a ferramenta fundamental de que o homem dispõe para dar referências à condução de sua existência histórica”.

Nesse sentido, a educação para a cooperação ganha importância, pois os indivíduos precisam incorporar as novas exigências e construir seus instrumentos de atuação no contexto dos desafios. A necessidade e a importância da cooperação, da associação, da solidariedade e da educação se fundamentam nas dificuldades para se realizar a produção e a distribuição de riquezas em um mundo cada vez mais exigente e competitivo. Coloca-se a questão de educar pelos desafios práticos da vida. Frente a isso, a educação e a cooperação se entrelaçam e se potencializam como processos sociais acolhedores dos desafios que vêm das circunstâncias históricas. Entretanto, Severino

(2005) adverte que a incorporação das novas normas de comportamento e de ação

pressupõe uma espécie de adesão por parte das pessoas, individualmente, ou seja, é preciso que elas vivenciem, no plano de sua subjetividade, a força do valor que lhe é, então, imposto. (SEVERINO, 2005, p. 154).

Nisso está, sem dúvida, uma das funções da educação para a cooperação e da comunicação nas organizações cooperativas. O diálogo, a interlocução e o debate entre os associados são a base do processo educativo e de aprendizagem, que se estrutura nas organizações cooperativas. A comunicação se constitui como uma possibilidade real de poder para os associados frente ao mercado. Como tal, a comunicação é elemento essencial da razão cooperativa. A comunicação é um espaço de poder e um campo de educação do qual depende o sucesso do empreendimento cooperativo, de sua estabilidade.

No diálogo da cooperação, pela avaliação crítica das práticas cooperativas, processa-se a educação. Na interação dos cooperantes, pela ação comunicativa como integrantes de um projeto comum, educam-se para a cooperação, produzem conhecimentos e aprendizagens necessárias aos fins da cooperação (FRANTZ, 2003).

Escreve Habermas (2002, p. 70-71):

podemos entender uma interação como sendo a solução para um problema de coordenação: como coordenar entre si os planos de ação de vários atores, de tal modo que as ações de *Alter* possam ser engatadas nas de *Ego*?”

Na gestão do processo de interação, em uma organização cooperativa, está uma das dimensões dos desafios pedagógicos inerentes à cooperação, como uma ação que decorre de

um ato de vontade política de indivíduos que passam a se identificar como sujeitos e

atores, a partir de necessidades ou interesses comuns, em um determinado contexto social. (FRANTZ, 2003, p. 18).

No sentido freireano, trata-se de um ato de politicidade, entendido como um ato que requer engajamento e compromisso com a possibilidade de transformações sociais, no sentido de outro mundo possível: mais democrático e participativo (COSTA, 2008).

Na visão de Morin (2000, p. 76), é preciso “aprender a viver, a dividir, a comunicar, a comungar”. A partir de suas reflexões sobre os saberes necessários à educação do futuro, a educação para a solidariedade e para a cooperação deve ser uma tarefa fundamental hoje em dia. O autor coloca a questão da educação, da responsabilidade social e da solidariedade no centro de suas preocupações com a sobrevivência da própria humanidade.

É no espaço da solidariedade e da cooperação que um grande número de pequenas economias, seja de agricultores ou de trabalhadores associados, de pequenas economias familiares, encontra as suas condições de organização e de sobrevivência, frente às relações excludentes de mercado. A produção e a distribuição de riquezas como mecanismos fundamentais da economia precisam, muitas vezes, ser organizadas em bases cooperativas para garantir a inserção de seus agentes no contexto maior da sociedade. Desses aspectos práticos decorre uma necessidade e uma importância de práticas educativas.

Na organização e funcionamento de uma cooperativa, a educação aparece como um processo que objetiva levar a comportamentos e visões de mundo favoráveis à natureza da prática cooperativa. Uma função central da educação em organizações cooperativas é a interiorização do social pelos indivíduos, superando-se a situação de simples soma de interesses para se produzir a identidade grupal.

Pode-se afirmar que organizações

cooperativas, na condição de experiências sociais históricas, abrigam em sua dinâmica de funcionamento processos educativos, não apenas porque nelas se promove a atividade educativa com vistas à capacitação instrumental para a cooperação, mas porque, nos diferentes espaços, a educação decorre das relações sociais que ali acontecem, tendo em vista as necessidades, os interesses, as intenções dos associados e as ações decorrentes dessa trama social complexa de práticas cooperativas.

De acordo com Marques (1999, p. 39),

constrói-se a vida humana na tensão entre a produtividade do sujeito prático-empírico, sujeito da *técne* exigida pela sobrevivência social, e o sujeito da palavra significativa, sujeito da *poiésis* ligado à dimensão criativa dos muitos mundos possíveis e enraizado no imaginário social insubmisso às formas da domesticação e da vontade de poder.

Afirma Gohn (1992, p. 17) que um processo educativo não se restringe “ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico”. Vai muito além desses aspectos instrumentais. As práticas educativas decorrentes da função instrumental de uma organização cooperativa, geralmente, são explícitas, isto é, são organizadas em programas e atividades específicas. No entanto, quando se trata de educação, inerente à cooperação como processo social, muitas vezes as práticas educativas aparecem associadas a processos de comunicação ou de interação entre os associados, dirigentes e funcionários. As práticas educativas se fazem presentes nas ações desencadeadas no interior da cooperativa, ainda que de forma difusa nos espaços da cooperação. A educação aparece como resultado da interação entre sujeitos que objetivam construir espaços políticos ou espaços econômicos. Porém, práticas de educação bancárias, segundo Freire (1975), podem também estar presentes

na dinâmica operacional e de funcionamento de organizações cooperativas, diluídas nas atividades do processo da cooperação como práticas de ação sobre outros, por meio das quais se busca influenciar modos de pensar, valores e comportamentos. Isso acontece especialmente quando a organização cooperativa tem mero caráter instrumental no jogo das forças de mercado ou é cooptada como instrumento das grandes corporações capitalistas, na venda ou na compra de produtos.

### **Considerações finais**

Enfim, a educação em práticas do movimento cooperativo se constitui um processo complexo, carregado de diferentes sentidos e possibilidades, promovidos pelas ações de gestão ou por processos de comunicação.

Assim, a partir da compreensão do contexto de inserção de uma cooperativa e de sua peculiaridade como organização, em termos culturais, sociais, políticos e econômicos, por assim dizer, podem-se constituir possibilidades e potencialidades de processos educativos mais amplos, a partir das práticas de cooperação. Isto é, com a experiência da participação em espaços de organizações cooperativas possibilitam-se processos de comunicação e de diálogo entre os atores da cooperação no sentido de confiança entre eles para a atuação associativa e no sentido de uma avaliação crítica e autocrítica das práticas cooperativas. Em outras palavras, constituem-se possibilidades educativas de vinculação entre práticas cooperativas e a politicidade dos associados no sentido de se constituírem e fazerem-se os sujeitos de sua organização.

### **Referências**

- AMADO, J. A investigação em educação e seus paradigmas. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Manual de investigação qualitativa em educação**. 2. ed. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. p. 19-70.
- ASSMANN, H. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BERNDT, L. Genossenschaftliches Bildungswesen. In: MÄNDLE, E.; WINTER, H.-W. (Org.). **Handwörterbuch des Genossenschaftswesens**. Wiebaden: Deutscher Genossenschafts - Verlag eG, 1980. p. 181-203.
- BOETTCHER, E. **Kooperation und Demokratie in der Wirtschaft**. Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1974.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995a.
- \_\_\_\_\_. **Em campo aberto**: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995b.
- COSTA, D. Politicidade. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 328-329.
- DUBET, F. **Sociologia da experiência**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- ENGELHARDT, W. W. Genossenschaftstheorie. In: MÄNDLE, E.; WINTER, H.-W. (Org.). **Handwörterbuch des Genossenschaftswesens**. Wiebaden: Deutscher Genossenschafts-Verlag eG, 1980. p. 812-838.

ESCHENBURG, R. Genossenschaftliche Willensbildung. In: MÄNDLE, E.; WINTER, H.-W. (Org.). **Handwörterbuch des Genossenschaftswesens**. Wiebaden: Deutscher Genossenschafts - Verlag eG, 1980. p. 734-741.

FAUST, H. **Geschichte der Genossenschaftsbewegung**. Ursprung und Aufbruch der Genossenschaftsbewegung in England, Frankreich und Deutschland sowie ihre weitere Entwicklung im deutschen Sprachraum. 3. ed. Frankfurt am Main: Knapp, 1977.

FÁVERO, O. Paulo Freire, movimentos sociais e educação de jovens e adultos. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Org.). **Educação popular: lugar de construção social e coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 49-63.

FRANTZ, W. Genossenschaftsentwicklung und genossenschaftliche Erziehung. Eine Fallstudie aus Brasilien. **Jahrbuch für Bildung, Gesellschaft und Politik in Lateinamerika**, Münster, n. 5, p. 3-275, 1980.

\_\_\_\_\_. O cooperativismo e a prática cooperativa. **Perspectiva econômica**, São Leopoldo, v. 19, n. 51, p. 53-70, 1985. (Série Cooperativismo n. 16).

\_\_\_\_\_. Organização cooperativa: campo de educação e espaço de poder. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 37, n. 119, p. 65-84, 2002. (Série Cooperativismo n. 52).

\_\_\_\_\_. Educação e poder na racionalidade da cooperação. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 38, n. 121, p. 15-40, 2003. (Série Cooperativismo n. 53).

\_\_\_\_\_. Razões do cooperativismo moderno. **O Interior**, Porto Alegre, v. 32, n. 963, p. 12, mar. 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, A. L. Conscientização. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 99-100.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 1999.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HETTLAGE, R. **Genossenschaftstheorie und Partizipationsdiskussion**. 2. ed. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1987.

JARA, O. H. **A sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis**. Tradução de Luciana Gafrée e Sílvia Pinevro. Brasília: CONTAG, 2013.

JARA, O.; FALKEMBACH, E. M. F. Educação popular e sistematização de experiências. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Org.). **Educação popular**: lugar de construção social e coletiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 151-166.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

MÄNDLE, E. Gemeinwirtschaft und Genossenschaft. In: MÄNDLE, E.; WINTER, H.-W. (Org.). **Handwörterbuch des Genossenschaftswesens**. Wiebaden: Deutscher Genossenschafts - Verlag eG, 1980. p. 594-611.

MARQUES, M. O. **Educação/interlocução, aprendizagem/reconstrução de saberes**. Ijuí: Editora Unijuí, 1996.

\_\_\_\_\_. **A escola no computador**: linguagens rearticuladas, educação outra. Ijuí: Editora Unijuí, 1999.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora Ferreira da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

PACHECO JÚNIOR, I.; TORRES, M. M. Atualidade do pensamento de Paulo Freire na educação popular. In: ASSUMPÇÃO, R. (Org.). **Educação popular na perspectiva freiriana**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. p. 19-53.

PALUDO, C. Educação popular e educação do campo: nexos e relações. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Org.). **Educação popular**: lugar de construção social e coletiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 64-76.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. Tradução de Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

SEVERINO, A. J. Educação e ética no processo de construção da cidadania. In: LOMBARDI, J. C.; GOERGEN, P. (Org.). **Ética e educação**: reflexões filosóficas e históricas. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, A. R. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil**. A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 7-10.

STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Org.). **Educação Popular**: lugar de construção social e coletiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TILLMANN, H. Genossenschaftsgeschichte. In: MÄNDLE, E.; WINTER, H.-W. (Org.). **Handwörterbuch des Genossenschaftswesens**. Wiebaden: Deutscher Genossenschafts - Verlag eG, 1980. p. 758-794.

TORRES, A. **La educación popular**. Trayectoria y actualidad. Bogotá: Editorial El Buho, 2007.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Tradução de Elia Ferreira Edel. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VESTER, M. **Die Entstehung des Proletariats als Lernprozess**. Die Entstehung antikapitalistischer Theorie und Praxis in England 1792-1848. 3. ed. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1975.

WINTER, H.-W.; MÄNDLE, E. Genossenschaftliches Demokratieprinzip. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Handwörterbuch des Genossenschaftswesens**. Wiesbaden: Deutscher Genossenschafts-Verlag eG, 1980. p. 252-261.

Submetido em 25 de abril de 2016.

Aprovado em 31 de maio de 2016.